

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 720, DE 2022

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tipificar o crime de arremesso de objetos para o interior de unidades prisionais.

Autor: Sanderson - PL/RS

Relator: Deputado Delegado Paulo Bilynskyj – PL/SP

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 720, de 2022, proposto pelo Deputado Aluisio Mendes (PODE/MA) visa alterar o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para tipificar o crime de arremesso de objetos para o interior de unidades prisionais.

A justificativa para essa proposta está relacionada aos problemas de segurança e à ocorrência crescente de tentativas de introdução de objetos ilícitos em estabelecimentos prisionais. O Autor menciona que no Rio Grande do Sul, em 2021, houve um aumento significativo no número de apreensões de veículos não tripulados (drones) que transportavam objetos ilícitos para o interior das unidades prisionais, comparativamente ao ano de 2020.

Esse tipo de prática, que inclui a utilização de veículos aéreos não tripulados ou a entrega de correspondências para introduzir objetos não permitidos nos presídios, tem se tornado comum no Brasil. As organizações criminosas têm se tornado mais audazes e criativas na forma de fazer entregas clandestinas, ameaçando a segurança e a ordem dentro dos presídios. O Projeto de Lei busca, portanto, coibir essas ações e reforçar a segurança nas unidades prisionais, prevenindo que criminosos utilizem



métodos inusitados para burlar a segurança e continuar operando dentro e fora das instituições prisionais.

A matéria foi despachada, em regime de tramitação ordinária, às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), sujeita à apreciação do Plenário.

Na Comissão Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, sob a Relatoria do Deputado Sargento Fahur, foi aprovado parecer favorável à proposta, destacando a necessidade de adequar o texto quanto ao objeto jurídico tutelado no âmbito penal.

O Substitutivo apresentado sugeriu que o crime seja inserido no Capítulo III do Título XI do Código Penal, que trata dos Crimes Contra a Administração Pública, e que a pena seja aumentada para refletir a gravidade do crime e suas consequências.

Além disso, o texto processo pela CSPCCO aumentou a pena do crime previsto no art. 349-A do Código Penal, que trata do ingresso de aparelhos telefônicos de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimentos prisionais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considerando que a matéria versa sobre Direito Penal, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania proferir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e o mérito do Projeto de Lei nº 720, de 2022.

Inicialmente, no que diz respeito à **juridicidade**, a peça legislativa atende aos preceitos constitucionais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar, conforme o art. 22, I, da Constituição Federal.

Ademais, explicitamos que a norma que a presente proposta visa alterar – o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) – trata-se de norma



ordinária, o que, portanto, torna adequada a forma de tramitação da presente proposta por meio de Projeto de Lei ordinário.

Quanto à **técnica legislativa**, entende-se que tanto o Projeto de Lei nº 720, de 2022, quanto o substitutivo apresentado pela CSPCCO gozam de boa técnica legislativa e encontram-se em consonância com os ditames previstos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com isso, resta nítida a juridicidade da matéria, passando, então, à **análise da constitucionalidade, bem como do mérito** da proposição.

Nesse ponto, verificamos tratar-se de uma proposta relevante para a manutenção da segurança dentro e fora das instituições prisionais. Isso porque é essencial que a Legislação Penal esteja atualizada no combate à atuação ardilosa de organizações criminosas na perpetuação de suas atividades dentro dos presídios.

Portanto, há uma necessidade urgente de adequar a lei penal à realidade atual, inserindo novo tipo penal para coibir entregas clandestinas, que ameaçam a segurança e a ordem dentro dos presídios.

Nestes termos, conclui-se que a proposta é extremamente meritória, encontrando-se em consonância com a ordem constitucional pela busca de preservar a ordem pública e garantir a inviolabilidade do sistema penitenciário brasileiro.

Assim sendo, destaca-se que são louváveis as adequações realizadas pela CSPCCO, tanto no que tange à técnica legislativa de realocação do novo tipo penal quanto à adequação das penas para o novo tipo penal e seu similar, previsto no art. 349-A do Código Penal, que trata do ingresso de aparelhos telefônicos de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimentos prisionais.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 720, de 2022, e do substitutivo apresentado pela CSPCCO. No mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 720, de 2022, nos termos do substitutivo apresentado pela CSPCCO.



Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2024.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
Relator

Apresentação: 21/08/2024 09:12:04.040 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 720/2022

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240472302200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Paulo Bilynskyj

